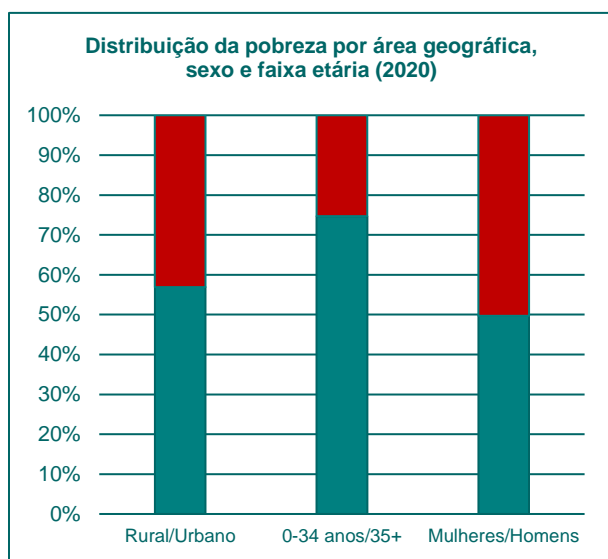




SÉRIE DE FICHAS TÉCNICAS

DESAFIO #3: POBREZA, MALNUTRIÇÃO E DESIGUALDADES



Apesar de uma diminuição impressionante nas últimas décadas, em 2020, 31,6% da população vivia na pobreza contra os 26% em 2019, regressando aos níveis de 2016. A pobreza tem uma maior incidência nas zonas rurais, onde 44,9% da população é pobre (25,8% nas zonas urbanas). As diferenças de género já não são significativas: 53,6% dos pobres em 2015 eram mulheres, contra 50,1% em 2020. A pobreza entre os idosos reduziu para metade entre 2015 e 2020, de 44,3% para 19,6%.

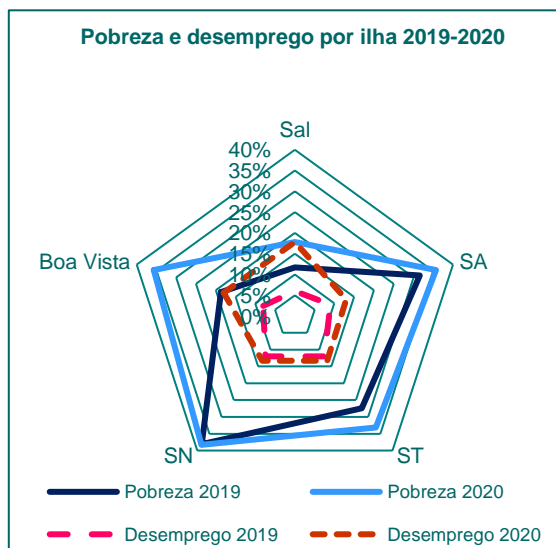
13,1% da população vive em extrema pobreza, dos quais 47,9% são mulheres, 40% crianças (menores de 15 anos), 37,6% jovens (15-34 anos) e 3,4% idososⁱ. A pobreza extrema tem uma maior incidência nas zonas rurais (24,3% da população dos 56,9% muito pobres), enquanto que nas zonas

urbanas esta taxa é de 8,1%. 1 em cada 3 muito pobres vive em Santiago Norte, 1 em cada 5 vive na cidade da Praia, 1 em cada 6 vive na ilha do Fogo. A ilha de Boa Vista conta apenas 315 muito pobres, as ilhas do Maio e Brava com 582 e 549, respetivamente.

A COVID-19 afetou a pobreza de forma muito diferente em diferentes ilhas. A ilha do Fogo, por exemplo, registou um aumento de pobreza extrema de 63,4% de 2015 a 2020, atingindo os 33%.

A sustentabilidade do sistema de proteção social representa um desafio para o Governo, num contexto de espaço orçamental limitado e de múltiplas crises, cujos efeitos podem durar vários anos.

A crise climática e o seu impacto nos recursos naturais e na atividade económica, bem como fenómenos climáticos extremos como secas ou inundações, podem aumentar a



pressão sobre as finanças públicas e reduzir ainda mais o espaço orçamental, bem como empurrar mais famílias para a pobreza extrema. Em Cabo Verde, mulheres e homens estão expostos de forma diferente aos impactos das alterações climáticas, devido às desigualdades sociais e culturais enraizadas no género. As famílias chefiadas por mulheres são mais vulneráveis aos riscos e menos resistentes aos choques devido a um menor acesso e controlo dos recursos, pelo que são provavelmente as mais afetadas pelos danos causados por catástrofes resultantes de condições meteorológicas e climatéricas extremas.

Se mantiver o ritmo de redução da pobreza dos últimos cinco anos (mesmo com a crise da COVID), Cabo Verde poderá atingir 3% da pobreza extrema em 2027, o que está próximo da erradicação. Mas, num contexto de sobreposição de crises, e considerando a possibilidade de a pobreza extrema ser agora mais profunda do que antes, mesmo que a sua incidência tivesse diminuído, será necessário um conjunto de processos que dependem de diferentes intervenientes e sectores (agricultura, pescas, turismo), tanto sociais como económicos, desde a educação e a proteção social até o emprego e a empregabilidade, e intervenções de diversos atores.

No final de 2020, 36% da **população vivia em situação de insegurança alimentar moderada ou grave**. A prevalência do raquitismo e da anemia diminuíram nos últimos 15 anos, mas a malnutrição infantil continua a ser um problema de saúde pública. Embora o país já tenha atingido a meta nutricional para 2025 dos indicadores da OMS sobre o estado nutricional das crianças com menos de 5 anos de idade, a prevalência da malnutrição na população cabo-verdiana era de 12,6% em 2019.

A desigualdade de rendimentos (medida pelo Coeficiente de Gini) também diminuiu acentuadamente de 2001 a 2015. Segundo estimativas do Governo, a percentagem da população que vive com menos de 50% do rendimento médio diminuiu de 15,5% em 2015 para 5,2% em 2020, apesar da crise da COVID-19. No entanto, persistem disparidades entre municípios e ilhas, nomeadamente, no acesso a serviços básicos, taxas de desemprego juvenil e pobreza, notáveis nas zonas rurais (68,1% dos extremamente pobres vivem em zonas rurais)ⁱⁱ. Embora tenha havido uma melhoria significativa na diferenciação salarial entre homens e mulheres, a desigualdade salarial ainda é visível. Esta melhoria deve-se em grande parte à implementação do salário mínimo, que estabelece um limite mínimo para a tabela salarial, protegendo assim os trabalhadores com salários mais baixos. Estes salários são assim aplicados aos trabalhadores nos postos mais baixos que, normalmente, são ocupados por mulheresⁱⁱⁱ. Contudo, as mulheres sofrem mais com a falta de aplicação do salário mínimo nacional, uma vez que 64% delas receberam salários inferiores ao salário mínimo nacional de 13.000 ECV (130 USD)^{iv}.

Possíveis soluções a serem debatidas:

- Reforçar a coerência e a aceleração na conceção e implementação de sistemas de informação (incluindo CSU), legislação, políticas, investimentos e capacidades institucionais e humanas dos intervenientes sociais (Governo, Parlamento, autoridades locais, CSO, Universidade, meios de comunicação social) para a inclusão socioeconómica e melhorar a orientação para o Grupo CSU I;
- Articular as instituições de natureza social e as centradas no apoio económico (para a inclusão produtiva), a fim de permitir a emergência de estratégias combinadas e que se reforcem mutuamente em matéria de proteção social, incluindo o acesso à saúde e à educação, ao emprego (nomeadamente através de uma maior empregabilidade/competências) e ao rendimento - com uma perspetiva GEWE e LNOB;
- Melhorar a coordenação entre os níveis nacional e local, incluindo a participação ativa das CSOs, especialmente organizações comunitárias/sociais e com parceiros internacionais;

- Apoiar a dessalinização da água, a agricultura inteligente e sistemas alimentares eficientes, especialmente nas ilhas com maior produção agrícola;
- Apoiar a ligação da pesca artesanal com cadeias de valor e serviços económicos locais e nacionais, incluindo investigação, formação profissional, finanças e serviços digitais;
- Melhorar a valorização do trabalho das mulheres (trabalho não remunerado e doméstico, trabalho informal), a fim de reduzir a desigualdade de rendimento e o impacto da pobreza temporal na participação ativa das mulheres na vida económica, social e política.

ⁱ INECV, Perfil da pobreza (estimativa), 2021

ⁱⁱ INECV, Inquérito sobre despesas e receitas dos agregados familiares, 2015

ⁱⁱⁱ OIT, Inégalité salariale au Cap-Vert: aspects explicables au-delà du salaire brut, 2021.

^{iv} ACLCVBG, Análise Participativa da Políticas Públicas: Direitos das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Domésticos, 2018.